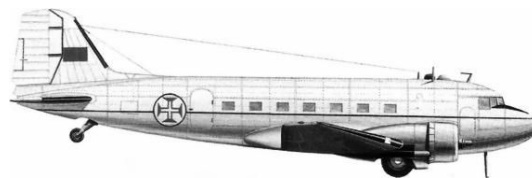


Vôo 1232

a última missão do 6150



1958 – Outubro.30 (5ª feira)

Em São Bento o Conselho de Ministros, na sequência do recente relatório apresentado pela missão de oficiais, que há menos de quatro meses se deslocou ao Ultramar africano, chefiada pelo brigadeiro piloto-aviador Venâncio Augusto Deslandes, já decidiu que a Força Aérea deve começar a preparar aviões e tropas pára-quadistas, a serem enviados para Angola sob o código *Exercício Himba*,¹ com a finalidade primeira de testar capacidades operacionais e executar demonstrações de poderio militar, no intuito de prevenir eventuais levantamentos de população norte-angolana influenciada pela agitação transfronteiriça dos movimentos independentistas congolezes, e tendo como objectivo secundário implementar localmente as infraestruturas para a criação da 2ª Região Aérea.

- «Havia divergências profundas entre o subsecretário de Estado da Aeronáutica e o ministro da Defesa Nacional quanto à política ultramarina, não sendo algumas iniciativas do tenente-coronel Kaulza de Arriaga relativas à instalação da Força Aérea em África, do conhecimento do general Botelho Moniz. [...] Este exercício teve não só em vista fins políticos, mostrando claramente que Portugal estava disposto a defender a sua integridade nacional, mas igualmente testar a capacidade da Força Aérea para actuar em regiões tão distantes como Angola, utilizando como pontos de apoio apenas parcelas do todo nacional. Neste caso concreto, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. [...] No Exercício Himba [...], tomaram parte 6 aviões [bimotores da 2ªGM para luta anti-submarina, Lockheed Harpoon] PV-2. [...] Estes aviões [em 54 recebidos em 2ª mão da USNavy no âmbito da NATO], estavam em vias de ser abatidos, obedecendo aos planos de forças da NATO, e substituídos pelos [12] mais actualizados P2V-5 [Neptune] com outras capacidades. [...] Para preparar 6 aviões PV-2 para a deslocação a Angola [prevista para meados de Abr59], a Base [BA6-Montijo sob comando do coronel piloto-aviador Ferrer Caeiro] tinha quase que parado durante 6 meses.»²
- «Num “memo” afirmou-se que as forças terrestres ultramarinas não se encontravam dotadas com os meios orgânicos essenciais para o cabal desempenho das tarefas de manutenção da soberania e da própria segurança interna, a que podiam vir a ser chamadas na Guiné, Angola e Moçambique, em consequência da forte tensão internacional a que estavam a ser submetidos os territórios limítrofes. Não dispunham de meios para se mover e para estacionar ou mesmo pernoitar no mato, tais como: cantinas, barracas de campanha ou abrigos de qualquer espécie, nem meios de transmissão e material sanitário; nem de armas ligeiras modernas próprias para enfrentar as ameaças previstas e das respectivas munições.»³
- «Em resultado das eleições para a presidência da República [...], acentuaram-se as divisões entre políticos e no seio das Forças Armadas. Estas divisões levaram à organização de uma corrente anti-Salazar dentro das forças defensoras do Estado Novo, a qual apareceu dirigida pelo MDN general Botelho Moniz, com o apoio tácito de Marcelo Caetano e de Craveiro Lopes. [...] Quando Santos Costa [...] foi substituído por Botelho Moniz, este, ao contrário do que esperava Salazar (e outros dirigentes políticos da sua confiança), não seguiu o caminho de Santos Costa [...] apesar da obra administrativa e de valorização das instituições militares que efectuou [...], antes se aproximou dos adversários deste e começou a elaborar pacientemente um plano de força (golpe de Estado) para afastar Salazar do Governo e, se necessário, o próprio presidente da República que fôra eleito contra a vontade de Craveiro Lopes e dos apoiantes deste. Nesse sentido, foi substituindo nas hierarquias militares e nos cargos do MDN os oficiais do grupo Santos Costa, por outros da sua confiança, entre os quais se encontrava um executivo que se manteve sempre apagado mas muito activo, o subsecretário de Estado do Exército, Francisco da Costa Gomes. Craveiro Lopes, que enquanto presidente não quisera tomar qualquer atitude anti-Salazar, passou assim, sem o procurar directamente mas sem o impedir, a representar o pólo de atracção dos descontentes e a constituir o chefe de fila do movimento conduzido militarmente por Botelho Moniz, e cujo primeiro passo consistiria em afastar Salazar do Governo, mudar a sua política pessoal, incluindo [...] a determinação em adiar a procura de soluções para os problemas ultramarinos, em agravamento da Índia à África, e fazer a aproximação política com os países ocidentais que tinham ganho a guerra. Em princípio, Salazar seria substituído por Marcelo Caetano, de imediato ou a curto prazo, e o contra-almirante Américo Thomaz por Craveiro Lopes. A agitação a que o País estava sujeito no campo diplomático e das relações com os organismos internacionais, particularmente a ONU nessa época, e a evolução que se observava na Índia e em África na vizinhança das nossas Províncias Ultramarinas [...], conduziram a que o “movimento Botelho Moniz” tivesse atingido o estado de completa organização.»⁴

- «Júlio Botelho Moniz, um dos cadetes de Sidónio, homem de direita portanto, mas amigo de [Francisco Pinto da] Cunha Leal, compreendeu no final dos anos 50, dados os seus contactos com a NATO e os americanos, como de resto Craveiro Lopes antigo presidente da República, que a política de Salazar estava esgotada, que não fazia sentido envolver Portugal numa guerra colonial sem saída, que importava encontrar uma solução alternativa, mais ou menos democrática, substituindo Salazar. Tinha consigo todos os principais comandos militares e, seguramente, o apoio (discreto) dos americanos.»⁵
- «As reformas de Santos Costa, no dizer dos amigos de Botelho Moniz, haviam findado com o tradicional poder político do Exército que, tendo força e sustentando o Estado, considerava ser seu direito intervir no governo. Botelho Moniz [...] tentava readquirir a antiga posição político-militar da I República, escudado essencialmente no nascente problema ultramarino cuja solução só podia ser pensada contando com o apoio das Forças Armadas. Àquela tropa não bastava ser, simbolicamente por intermédio do chefe de Estado, sempre um militar por direito consuetudinário gerado na Revolução de Maio, garante da soberania. Exigia exercê-la. A guerra não podia ser a continuação da política por outros meios. Devia ser uma situação impossível, tanto que a política não fosse a materialização da paz a todo o preço, mesmo com o sacrifício do território nacional. No pensamento de militares como Craveiro Lopes, Botelho Moniz ou Costa Gomes, fundamentava-se doutrinariamente aquela linda ideia de que um território militarmente insustentável, não podia pertencer ao território nacional. [...] Em determinados meios chegava-se à conclusão lógica de que, Portugal na Europa subsistia porque ainda interessava a certas grandes forças internacionais: tanto que se extinguíssem tais interesses, Portugal extinguir-se-ia; os Estados Unidos da Europa, o Mercado Comum e outras construções inteligentíssimas, deviam ser o fim último da política nacional. Levando o raciocínio até aos seus limites lógicos deviam ponderar também que, perante a fraqueza das posições portuguesas no mundo, um Exército era uma despesa inútil, dinheiro malbaratado que, com outra política, bem poderia ser aplicado em coisas mais úteis: apartamentos na Avenida dos Estados Unidos [nova residência de Costa Gomes]⁶, 3 ou 4 mil homens bem preparados como sinaleiros e padeiros para aguardar o desembarque das tropas norte-americanas em Lisboa quando eclodisse a III Guerra Mundial.»⁷

1959 – Abril.12 (domingo)

Do AB1 no Figo Maduro (anexo ao aeroporto da Portela), levanta às 04:00 o *Douglas C47-Dakota* 6150 pilotado pelo 2º comandante do *Exercício Himba*, com outros militares da FAP que seguem rumo a Luanda, com objectivo de preparar a logística da citada demonstração.

Mas na baía de Cascais, defronte ao Museu Castro Guimarães e 2 milhas ao largo do Farol de Santa Marta, entre as 04:10 para as 04:15 o avião despenha-se e morrem todos os 11 ocupantes.

ALBERTO LOPES	2Sg MRad
ALBINO CARVALHO RODRIGUES	1Cb MMA
BELARMINO GARCIA PINTO	1Cb MAE
CRISTOVÃO DO CARMO LOURENÇO	2Sg MAE
EDGAR RUBI MOURÃO MARQUES	Cap Pilav
EDUARDO BEIRES DO VALE	Ten ENGEL
JOÃO ANTÓNIO BRANDÃO CALHAU	TCor Pilav
JOAQUIM RODRIGUES PEREIRA DA ROCHA	2Sg MAE
JORGE AUGUSTO DO AMARAL COELHO	Ten Nav
MIGUEL JOAQUIM DOS SANTOS CERVEIRA PINTO	2Sg RT
ORLANDO PARENTE MAIA MARQUES	Cap SIC

- «A Força Aérea Portuguesa comunica que o avião militar 'Dakota' n° 6150, que descolara do Aeroporto da Portela às 4 horas desta madrugada, sofreu um acidente, por motivos ainda desconhecidos, entre Carcavelos e a Parede, caindo no mar. Tem-se a lamentar a perda dos seguintes tripulantes e passageiros: tenente-coronel António Brandão Calhau, comandante do Aeródromo-Base, 1º piloto; capitão Edgar Rubi Mourão Marques, 2º piloto; tenente Jorge Augusto Amaral Coelho, navegador; 2º sargento Miguel Joaquim dos Santos Cerveira Pinto, radiotelegrafista; 2º sargento Joaquim Rodrigues Pereira Rocha, mecânico; todos tripulantes; e os passageiros capitão Orlando Parente Maia Marques, do Serviço de Intendência da Força Aérea; tenente-engenheiro aeronáutico Eduardo Beires do Vale, da Base Aérea 6; 2º sargento mecânico-rádio Alberto Lopes, da Base Aérea 6; 2º sargento mecânico Cristovão do Carmo Lourenço, da Base Aérea 4; 1º cabo mecânico Albino Carvalho Rodrigues, da Base Aérea 6; e 1º cabo mecânico Belarmino Garcia Pinto, da Base Aérea 6. [...] O sr. major Osório Mourão foi encarregado, pela 2ª Repartição do Subsecretariado da Aeronáutica, de fazer o inquérito às causas do acidente. [...] Pela primeira análise, muito elementar, dos seus destroços, supõe-se que o avião deve ter-se fragmentado em pleno ar. [...] A causa provável da tragédia, em que perderam a vida onze tripulantes dum avião militar, deve ter sido a separação dum hélice que mutilou e matou o seu piloto. [...] Até agora só foram recuperados três cadáveres e alguns destroços do 'Dakota' que se desprenderam, com a violência do choque, da estrutura do aparelho. [...] A hipótese que até agora se afigura mais admissível, é a seguinte: à distância de um

quilómetro a quilómetro e meio da margem da baía, a hélice do motor da esquerda do avião deve ter-se separado do aparelho, arrancando-lhe uma parte e enfiando pela cabina do piloto. O aparelho precipitou-se então no mar e afundou-se rapidamente. Os corpos que apareceram foram, exactamente, os dos tripulantes que iam dentro da cabina. [...] Tanto o corpo do tenente-coronel Calhau, como os do capitão Orlando Maia Marques e do sargento-mecânico radiotelegrafista, que com ele seguiam na cabina de pilotagem, desprenderam-se em consequência da avaria da hélice, ou porque a violência do choque com o mar lhes cortou as cintas com que iam amarrados. [...] Não se põe a hipótese de o desastre ter sido provocado por excesso de peso, pois tanto o número de pessoas que iam a bordo como a quantidade de gasolina que levava, eram normais. [...] Só muito tardiamente se deu conta em Lisboa, de que alguma coisa de anormal se passava quanto ao 'Dakota'. Quer do Centro de Controle em Lisboa, quer do de Las Palmas, não foi possível estabelecer qualquer contacto com o aparelho, que passou normalmente o primeiro radiofarol, o de Barcarena, à vertical, e começou praticamente a fazer a sua viagem, tomando o rumo previsto no plano de voo. [...] As primeiras inquietações surgiram no momento em que o aparelho deixou de fazer qualquer comunicação, e não respondeu aos pedidos feitos no sentido de indicar a posição em que voava. Só então foi dado o sinal de alerta e a Marinha de Guerra recebeu a comunicação, de que o aparelho devia ter caído no mar, talvez ao sul da baía de Cascais. [...] A Armada Portuguesa executou pesquisas numa área mais ou menos extensa, em que navegaram o contratorpedeiro 'Lima', que estava ao serviço da Aviação, e o navio-patrolha 'Brava' que se encontrava nas proximidades. [...] O facto não foi notado de bordo do navio dos pilotos, que se encontrava fundeado ao largo, ou ainda de qualquer dos faróis que mantêm vigilância permanente, ou de quaisquer embarcações que normalmente navegam naquela zona, em especial as de pesca. [...] O 'Dakota' que caiu na baía de Cascais, fazia parte de uma missão de apoio a uma deslocação ao Ultramar, dentro do plano de expansão da Força Aérea. [...] Pretende-se naturalmente, que a Aviação esteja apta a desempenhar todas as missões que lhe possam caber, na defesa da soberania de todos os territórios portugueses; para isso, há que entrar em contacto com todos esses territórios e condições neles existentes. Vai a Força Aérea alargar já a sua missão à zona aérea de Cabo Verde e Guiné; e à 2ª Região Aérea, englobando Angola e São Tomé. Depois virá a África Oriental e territórios da Índia, Macau e Timor. Aliás, não se trata de novidade, pois já nos anos que se seguiram a 1910, a Aviação teve papel de relevo no Ultramar. Para o desempenho dessa função, tornaram-se necessários estudos em profundidade, muitos dos quais só nos próprios territórios podem ser realizados; daí os vôos – agora mais numerosos – para as províncias ultramarinas, para o transporte de pessoal e carga, e para aclimação de homens e aparelhos. A unidade da Nação impõe essas missões, e um vôo Lisboa-Angola só é diferente de um vôo Lisboa-Porto ou Lisboa-Terceira, porque é mais longo. O avião agora sinistrado, ainda há apenas meses percorrerá as nossas províncias ultramarinas, em missão de estudo chefiada pelo general Deslandes. Em missão semelhante ia agora, ao quebrarem-se-lhe as asas na baía de Cascais. [...] O pessoal navegante ou passageiros militares que perdem a vida em vôo, são todos equiparados pois todos morrem ao serviço da Força Aérea, e às famílias de todos eles cabem as mesmas pensões. A Aviação portuguesa vai realizar em Angola um festival, comemorando a sua reentrada nas províncias ultramarinas portuguesas; a despeito do acidente de agora ter enlutado a Aviação, e as famílias dos aviadores, o desempenho da missão nacional que lhe incumbe não pode sofrer quebra. Por isso, prosseguirão os vôos e transportes de pessoal e carga, para o Ultramar. Considera-se que é essa a melhor maneira de honrar a memória dos que caíram ao serviço da Nação. Entende-se nos círculos relacionados com a Força Aérea, que a brutalidade do acidente não pode fazer com que pare a vida nacional e a sua plena integração do Continente e Ultramar. Para essa integração, contribui poderosamente a Aviação, encurtando distâncias. Os que morreram e os que ficam são, assim, irmanados no mesmo lema de bem servir. [...] Entretanto, há que pôr certas reservas quanto à possibilidade de localização do aparelho e dos oito cadáveres, pois o fundo do mar na zona onde o avião se despenhou é muito irregular, semeado de rochedos e existem ali restos de muitos navios afundados. Assim, os serviços da Armada não têm possibilidade de actuar com garantia de êxito, visto que qualquer das suas unidades munida de sondas, não poderá, pelas razões apontadas, determinar o local preciso onde se encontram os destroços do 'Dakota'.»⁸

Na manhã seguinte, por convocatória desde há semanas agendada, no palácio da Cova da Moura reúne o CSDN presidido pelo PM Salazar, perante o qual o ministro do Exército coronel Almeida Fernandes apresenta o «organigrama de quadros de pessoal e material de todas as unidades, bem como o plano de reapetrechamento das forças ultramarinas, sendo aprovado o respectivo material orgânico de primeira urgência; mas face à constante evolução da situação africana, a redistribuição orgânica não é publicada em diploma»⁹.

– «O documento “Política Militar Nacional - Elementos para a Sua Definição” de Abril de 1959, é da responsabilidade do seu gabinete em que teve papel de relevo o seu subsecretário de Estado, o então tenente-coronel Francisco Costa Gomes: propõe uma profunda reorganização e actualização do Exército, mas o seu principal motivo de interesse reside: na análise das “ameaças” na perspectiva da evolução do mundo; e na proposta de alteração das prioridades quanto às preocupações de segurança, passando a “defesa interna dos territórios do ultramar” para o primeiro lugar, em substituição da “colaboração na defesa colectiva da Europa” como até então.»¹⁰

- «Os pequenos países, como Portugal, devem ter umas Forças Armadas capazes de resolver os problemas específicos referentes à sua situação geográfica, económica e militar. Precisamos de umas Forças Armadas capazes de responder aos compromissos assumidos nas organizações internacionais em que estamos inseridos. Mas não podemos sequer pensar numa Forças Armadas capazes de defender a nossa soberania, já que essa defesa tem de ser feita diplomaticamente e pelo conjunto das organizações [NATO] nossas aliadas.»¹¹
- «Tínhamos promessas do embaixador americano em Lisboa e de outras figuras militares, sobretudo americanos, com quem contactávamos na NATO, de que a América estava disposta a dar-nos um apoio substancial, desde que prometêssemos que dentro de 12 anos faríamos uma consulta aos povos. [Promessas feitas] principalmente ao general Botelho Moniz, pelo embaixador da América aqui. Os americanos estavam convencidos de que a nossa persistência em conservar as antigas colónias era contrária não só às afinidades da ONU como ao vento dos tempos que nessa altura soprava. [...] Reorganizei as Forças Armadas ultramarinas completamente, partindo de um princípio quase oposto àquele que tinha servido a sua reorganização [pelo MDN e do Exército coronel Santos Costa] em Abril de 1958. O que nós não queríamos era a guerra. Uma guerra deste tipo pode-se minimizar momentaneamente, criar condições em que não haja acções de violência. Mas não se vence. Depois de ter surgido, só havia uma solução: que era acalmar e criar uma situação de paz, para depois se fazer o tal plebiscito para a autodeterminação das províncias onde a guerra tinha começado. Aquilo que eu pretendia, que era a autodeterminação das diferentes províncias ultramarinas, só se podia fazer, e ser autêntica, em paz.»¹²
- «Estive presente numa reunião do CSDN presidida pelo primeiro-ministro Oliveira Salazar, durante a qual os ministros militares se pronunciaram sobre a defesa nacional. O primeiro a falar foi o general Botelho Moniz, que defendeu a tese de que as guerras se resolvem no teatro principal de operações e que esse é a Europa, visto a luta ser entre o Ocidente e o Leste. Daí a sua ideia de alinhamento da política portuguesa com a dos EUA, em relação ao Ultramar, pois considerava que só com o apoio dos EUA e do Ocidente poderiam ser defendidos os interesses nacionais de Portugal. No final da sessão o primeiro-ministro, que até então nada dissera, concluiu: “Tudo será como os senhores dizem, mas se houver uma guerra na Europa e o esforço militar inimigo incidir sobre o sector guarnecido pelas tropas portuguesas, toda a nossa juventude pode ser aniquilada. Por outro lado, o certo é que vamos ter uma guerra no Ultramar e será uma guerra de guerrilha. Para ela é que tem de se estar preparado”. Era uma directriz clara, bem reveladora do pensamento do primeiro-ministro Salazar e da abertura do confronto com o general Botelho Moniz, que rapidamente se iria radicalizar.»¹³
- «Desde o primeiro momento, a campanha contra a política ultramarina portuguesa usou o argumento, de que as guerrilhas representavam a revolta das populações indígenas, contra a exploração e o descaso a que estavam sujeitas. A realidade foi muito outra, como já se disse: os movimentos insurreccionais partiram sempre, a bem dizer, dos territórios limítrofes, organizados e preparados por forças não-africanas, umas sediadas em Washington outras em Moscovo. A prova está em que, para manter a lei e a ordem no imenso espaço angolano, antes de 61 bastavam 2 mil soldados europeus e uns 6 mil soldados indígenas.»¹⁴

Por essa ocasião em Roma, uma troika do CC/PCP inicia na sede do PCI mais «uma série de reuniões»:

- «De 13 a 19 de Abril uma delegação do PCP, constituída por [Octávio] Pato “Mulu” (Melo?), “Abel” [Américo Gonçalves de Sousa, ambos membros do politburo saídos clandestinamente de Portugal] e [Alexandre] Castanheira “Fontes, representante do PCP no estrangeiro”, é “hospedada” pelo PCI e encontra-se com Combi, [Giancarlo] Pajetta, [Antonello] Trombadori e D. Forti, [cuja] presença revela que questões relacionadas com as colónias, foram discutidas. [...] O documento foi analisado por Luigi Longo [nº2 do politburo do PCI]. [...] A delegação informou o PCI sobre a JNL [embrião das JAP’s] e o MNI [delgadista], as forças da oposição e o movimento católico [progressista] contra Salazar. Da reunião resulta uma declaração conjunta.»¹⁵

Ao início da madrugada seguinte, nos arredores do Montijo levanta da BA6 às 00:30 um DC3-Dakota, com pára-quedaistas do Agrupamento B sob comando do brigadeiro João de Freitas, 1º comandante do Exercício Himba, acompanhado por uma esquadra de seis PV-2 rumo a Luanda.

Decorridas 48 horas, no AB1 do Figo Maduro descola às 03:30 um C54D-Skymaster com o subsecretário da Aeronáutica tenente-coronel Kaulza de Arriaga e o comandante da 2ªRA coronel piloto-aviador Fernando Ferreira Pinto de Resende, acompanhados pelo Agrupamento A constituído pela maioria dos pára-quedaistas do BCP, também destinados ao Exercício Himba que vai desenrolar-se em Angola durante os próximos três meses e meio: após breves escalas em Bissalanca e em São Tomé, o Skymaster seguirá para o aeroporto de Luanda.

1959 – Abril.19 (domingo)

No aeroporto de Luanda, perante o subsecretário da Aeronáutica tenente-coronel Kaulza de Arriaga e entidades da administração civil e militar de Angola, as tropas do BCP realizam no âmbito do Exercício Himba, uma demonstração com desfiles e saltos em pára-quadras, nos quais participam,

inicialmente, o *brevet nr. 1* e comandante do BCP major pára-quedista Armindo Martins Videira, acompanhado pelo capitão capelão Martins; e seguidamente outros 80 pára-quedistas.

– «No que se refere à Força Aérea, ainda antes de concluído o plano para instalar em Angola unidades aéreas, realizou-se o célebre Exercício Himba [...] que levou até àquele território um considerável número de aeronaves e pára-quedistas, que localmente conduziram toda uma série de exercícios reais desde metralhamento, bombardeamentos e largadas de pára-quedistas, numa clara demonstração de força e intimidação a eventuais tentativas de insurreição. [...] Além de testar as nossas capacidade para actuarmos com meios aéreos em zonas tão distantes como Angola, constituiu nos campos logístico e operacional um excelente teste das potencialidades da nossa Força Aérea, e no campo político um sinal de que Portugal se preparava para defender as suas colónias.»¹⁶

Logo a seguir, agitadores comunistas começam a espalhar o *mujimbo*, de que «a demonstração aérea é destinada a atemorizar a população africana»¹⁷.

– «A réplica do aparelho colonial português organiza-se: é a preparação da “guerra preventiva”. Operações de terror, ilustradas em 29 de Março [?] de 1959 pelo “primeiro festival da força aérea”.»¹⁸

– «Em Abril desse mesmo ano aparecem em Luanda catorze [?] potentes aviões de guerra, numa demonstração de força com desembarque de pára-quedistas. As mais velhas nas lavras na Honga, no [bairro do] Golfe [a sul do aeroporto] para onde se fez a demonstração de desembarque dos pára-quedistas, faziam chacota dizendo que aquilo não metia medo a ninguém, nem sequer a elas. Que elas mesmas com as suas enxadas, poderiam suster o homem que vinha a cair pendurado de sombrinha.»¹⁹

1959 – Abril.26 (domingo)

No subúrbio oriental de Sá da Bandeira, os aviões e os pára-quedistas do *Exercício Himba* repetem sobre o aeroporto da Mucanca, as demonstrações que haviam efectuado em Luanda.

1959 – Agosto.10 (2ª feira)

Concluído em Angola o *Exercício Himba*, as tropas pára-quedistas regressam a Lisboa com escala em Bissau, onde um pelotão vai permanecer 10 dias por forma a exercer vigilância sobre indícios de agitação urbana decorrente de uma “greve dos estivadores” na semana anterior.

notas:

- ¹ (constituído por: Comando; Estado-Maior (Operações, Material, Pessoal, Intendência e Contabilidade); e Batalhão de Caçadores Pára-quedistas)
- ² (António da Silva Cardoso)
- ³ (Afonso Magalhães de Almeida Fernandes)
- ⁴ (Francisco Gonçalves Ferreira)
- ⁵ (Mário Alberto Nobre Lopes Soares)
- ⁶ (adquirida ao abrigo do programa dos Serviços Sociais das Forças Armadas; dec.42072 de 31Dez58)
- ⁷ (Manuel Maria Múrias)
- ⁸ (vespertino 'Diário de Lisboa', 12-15Abr59)
- ⁹ (Almeida Fernandes)
- ¹⁰ (Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes)
- ¹¹ (Francisco da Costa Gomes)
- ¹² (idem; in *Expresso*, 08Out88)
- ¹³ (Álvaro Rodrigues da Silva Tavares)
- ¹⁴ (Domingos Mascarenhas)
- ¹⁵ (José Pacheco Pereira)
- ¹⁶ (Silva Cardoso)
- ¹⁷ (Luís Manuel Vítor dos Santos Moita)
- ¹⁸ (Mário Coelho Pinto de Andrade)
- ¹⁹ (Manuel Pedro Pacavira)

fontes:

- 15 Anos da História Recente de Portugal
- A Guerra de África (vol.I)
- Álvaro Cunhal, biografia política (vol.III)
- Angola, anatomia de uma tragédia
- Cadernos GEDOC (sobre a Guerra Colonial)
- Colonialismo e Lutas de Libertação
- Costa Gomes, o último marechal
- De Salazar a Costa Gomes
- Guerra Colonial (Angola, Guiné, Moçambique)
- O 4 de Fevereiro pelos Próprios
- Origens do Nacionalismo Africano
- Os Últimos Governadores do Império
- Portugalidade, Biografia de uma Nação
- Soares, Ditadura e Revolução

bibliografia:

- Aeronaves Militares Portuguesas no Século XX
- Boina Verde (revista)
- Expresso (semanário)
- Presença da Força Aérea em Angola
- Tropas Pára-Quedistas: A História dos Boinas Verdes Portugueses